

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **EXCERTO DA ATA NÚMERO TRINTA E SEIS (relativo aos Pontos 8, 8.1 e 8.2 da Ordem de Trabalhos)** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E SEIS** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno

Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira, José Roque Alexandre, Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, Maria João Bernardino Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Mário Nelson Morais Freitas, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes e Nuno Firmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José Manuel Marques Casimiro e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Aná Páscoa Baptista. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita (CDS-PP). -----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira (IND).-----

----- O Deputado Municipal Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira (BE), após suspensão de mandato, antecipou o seu regresso a partir de 20 de setembro de 2018.---

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML, Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Miguel Gaspar e Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Assunção Oliveira Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, Ana Jara e Nuno Correia da Silva.-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião.-----

----- (...)-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS SOBRE A MESMA MATÉRIA; GRELHA BASE: 34 MINUTOS:**-----

----- **PONTO 8.1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO DM RUI COSTA (IND) – “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **PONTO 8.2 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVIÇOS TUTELADOS PELO VEREADOR MANUEL SALGADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA - QUE A SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA SOLICITE À 3ª. COMISSÃO A ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO, NO PRAZO DE 3 MESES, SOBRE ESTA DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL;**---

----- (A Proposta de Deliberação do DM Rui Costa fica anexada à presente Ata, como Anexo e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta de Deliberação 009/PSD/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta de Deliberação do BE fica anexada à presente Ata, como Anexo e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora sim vamos passar ao Ponto 8, que é uma apreciação conjunta, temos três documentos para apreciar, é uma Proposta de Deliberação do Senhor Deputado Independente Rui Costa, é uma Proposta de Deliberação do PSD e é uma Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda, são os três sobre a mesma matéria.”-----

----- Quería dizer, também, que sobre essa matéria, o Senhor Deputado Independente Rui Costa, também solicitou à Mesa que perguntasse à Assembleia, se uma vez que a grelha-base está qui apenas com 34 minutos, se alguém vê inconveniente em que se passe para duas vezes 34 minutos? Portanto, 6 minutos em vez dos 3 minutos da grelha-base, atendendo a que são três matérias para apreciar. Pergunto se alguém

se opõe? Ninguém se opõe, está então arrematado, já sabem que nestes 6 minutos quem apresenta propostas tem um pouco mais de tempo, porque tem tempo para apresentar as propostas que tem.-----

----- Sendo assim, começa o Senhor Deputado Rui Costa, que tem aqui uma maneira engenhosa de ir conquistando o seu tempo de intervenção, e tem todo o direito a isso e faça o favor, tem 2 minutos para apresentação da sua Proposta de Deliberação.-----

----- Senhor Deputado, só antes de falar lembrar uma coisa, eu gostava de dizer antes disto, eu peço desculpa, mas estava aqui com atenção às intervenções. Os senhores Deputados terão visto o despacho que eu fiz hoje de manhã, que mandei circular por todos os Senhores Deputados e, é importante dar esta informação à Sessão de Assembleia antes desta discussão, no sentido de relembrar todo o escrutínio que esta Assembleia já fez em termos políticos e até em termos judiciais, relativamente a esta matéria que vai estar sob análise.-----

----- Nesse despacho, eu lembro que houve um conjunto de diligências e deliberações da Assembleia Municipal, nomeadamente, nas Propostas 814/2015, 12/2016 e uma Deliberação que depois se tomou adicional e, que estão distribuídas anexas ao despacho, no sentido de... Houve uma série de diligências, não vou agora repeti-las todas, mas os Senhores Deputados que estavam cá no mandato anterior lembram-se, que a 3ª Comissão, por proposta até do Senhor Deputado Modesto Navarro insistiu numa visita ao local, depois houve grande discussão aqui e depois se pediu um inquérito, fizeram-se diligências junto da Câmara e, portanto, tudo isso foi feito. Foi deliberado por esta Assembleia que a Câmara solicitasse um inquérito independente, esse inquérito foi feito pelo IGAMAOT e foi arquivado no final, não encontraram razão para outra coisa do que o arquivamento, e é o que está aqui também, e houve uma denúncia do Ministério Público, que eu fiz em nome da Assembleia Municipal destas circunstâncias todas, também culminou com um despacho de arquivamento, que o qual diz claramente: “torna-se manifesto que os elementos de prova recolhidas não permitem concluir pela verificação de crime de violação de regras urbanísticas, em particular, do respetivo resíduo subjetivo.”, portanto, isto foram as diligências que nós fizemos no mandato anterior!-----

----- Chamou-me à atenção o PEV, e com razão, que já neste mandato, em junho passado, aprovámos uma Recomendação do PEV sobre esta matéria, aprovámos aqui “recomendar à Câmara que diligencie com vista à conclusão do inquérito da entidade externa”. O inquérito da entidade externa foi este inquérito da IGAMAOT, que está concluído e que foi distribuído e está no *site*, portanto, podemos pedir outro inquérito, mas este está concluído.-----

----- A apresentação das conclusões são as que eu anexei, naturalmente, a este despacho e pedem aqui que a 3ª Comissão continue a acompanhar estas matérias, isto já foi deliberado em junho e, portanto, esta deliberação mantém-se de pé, que a 3ª Comissão continue a acompanhar estas matérias e, enviar esta Deliberação à IGAMAOT, que também já foi enviada, portanto, essa parte está cumprida e quanto à conclusão do inquérito a informação que eu apurei é que ela já tinha sido aqui

remetida para a Assembleia e já tinha sido dado conhecimento no mandato anterior a todos, portanto, lembrei hoje isso com este meu despacho. -----

----- Senhores Deputados desculpem-me gastar o vosso tempo, mas tinha que evidentemente dar conhecimento destas diligências, porque há aqui Senhores Deputados que não estiveram cá no mandato anterior e não podem adivinhar o que é que esta Assembleia fez, sobre esta matéria, em tempo oportuno, quando o problema foi suscitado, e houve de facto um intenso escrutínio político e as diligências junto do Ministério Público não conduziram à abertura de mais nenhum processo, foi arquivado, a nossa denúncia deu origem a um inquérito que foi depois arquivado. -----
----- Eu queria dizer que de qualquer maneira vamos dar a palavra naturalmente às pessoas que se inscreveram, às pessoas que primeiro apresentaram as propostas, às pessoas que se inscreveram-----

----- Faz favor Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **PONTO 8.1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO DM RUI COSTA (IND) – “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, e também pelo qualificativo “da forma engenhosa”, porque sempre gostei “do engenhoso Fidalgo de la Mancha” e sempre gostei da feliz expressão Camoniana “Enquanto tiver engenho e arte, se para tanto tiver engenho e arte”.-----

----- E relativamente à Proposta que aqui trago hoje, esta Proposta vem, justamente, porque havia uma outra proposta sobre a mesma matéria apresentada primeiro pelo Grupo Municipal PSD, com a qual não podia concordar e, quando não concordamos esse é o momento em que temos obrigação de apresentar propostas alternativas, posto que se fosse no mesmo sentido não o teria feito. E, não posso concordar com a proposta do PSD porque entendo que não se pode exigir a esta Assembleia Municipal uma deliberação seca e imediata, requerendo uma sindicância em nome de uma qualquer entrevista de jornal. -----

----- Há que haver contraditório! Esta Assembleia Municipal pode fazer as denúncias, fazer sindicâncias, fazer aquilo que quiser, mas nunca demitindo-se do seu papel de fiscalização, e é exatamente isso que a proposta que cá trago hoje pretende, que esta Assembleia fiscalize, porque a entrevista que originou estas propostas não é uma entrevista de um qualquer familiar do “Santo Ofício”, é a entrevista de uma pessoa que exerceu as mais altas responsabilidades no Município de Lisboa, fosse como Vereador ou fosse como Deputado Municipal e, que já agora “a talhe de foice”, em função destas ilegalidades todas, alega que renunciou ao mandato, renunciando à sua função fiscalizadora.-----

----- Portanto, eu não queria de volta deste episódio, por duas vezes, a Assembleia Municipal, fosse individualmente, por um dos seus Membros, fosse com a proposta

que nos é apresentada pelo PSD, se demitisse da sua função fiscalizadora e, sobretudo, que não tivesse em conta a necessidade de contraditório!-----

----- E a entrevista é grave Senhoras e Senhores Deputados, é gravíssima, porque não só cria um clima de desconfiança em toda a cidade, que é preciso apurar e dar seguimentos, se for o caso, como também para aqueles mesmos, que são mais amigos do investimento, cria um péssimo clima para os agentes económicos. Que empresa, que entidade, é que quer investir em Lisboa perante um clima de suspeição destes? E portanto, impõe-se uma resposta clara desta Assembleia Municipal, assumindo na totalidade as suas funções de fiscalização...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado o seu engenho é muito, mas o tempo é pouco! Portanto, faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra continuou:-

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Para concluir e fazendo esta Assembleia Municipal as ações de fiscalização que tenham por convenientes. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos passar à segunda proposta, que tem o direito a apresentá-la, que é a Proposta do PSD.”-----

----- **PONTO 8.2 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVIÇOS TUTELADOS PELO VEREADOR MANUEL SALGADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Municipal Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu acrescentaria que “além de engenhoso é artista”, o Senhor Deputado Rui Costa, aliás, os dois Blocos hoje trazem-nos, aqui uma nova postura relativamente ao modelo de funcionamento da própria Assembleia Municipal, que é recomendar à Assembleia Municipal que faça aquilo que ela já deveria estar a fazer e tem estado a fazer, isso é que é valorizar o trabalho da Assembleia Municipal, é extraordinário, Não!-----

----- Não, o que o Partido Social Democrata aqui faz não tem a ver com a demissão das funções que a Assembleia Municipal tem, como parte significativa do seu trabalho de fiscalização, aliás, como disse a Senhora Presidente, e muito bem, trabalho esse que já tem vindo a ser feito e, portanto, não é isso que se pretende! O que se pretende aqui é uma outra dimensão e é sobre isso que falaremos mais à frente, que é a necessidade imperiosa, em determinado momento, de instar a Câmara Municipal a fazer aquilo que nos parece ser mais claro e, neste momento muito mais importante. ---

----- Reservarei para o meu momento de intervenção, por questões de gestão de tempo, a verdadeira intervenção de fundo sobre esta matéria, mas não podia deixar de dar aqui este aspeto fundamental. A importância de não confundir conceitos e de não confundir aqui o objeto do que se pretende discutir, como também não o reduzir e a Senhora Presidente teve na sua intervenção inicial, uma preocupação de informar os Senhores Deputados e, obviamente, referia-se às questões de fiscalização da Assembleia Municipal que resultam das propostas dos dois blocos, mas a verdade não é essa. A Proposta do PSD não é igual às propostas dos dois blocos, ainda que os dois blocos tenham vindo à boleia do PSD, mas a verdade é tão-somente esta e, o objetivo é tão-somente este, é o momento de clarificar e de pôr de forma muito clara, um ponto final naquilo que é, não a questão de uma intervenção sobre uma obra, mas um clima de suspeição generalizado, que não pode continuar a acontecer, a bem do Município, a bem do Executivo e a bem também obviamente de quem se preocupa com a Cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados. -----

----- Antes do mais, os Deputados Municipais Independentes, Cidadãos Por Lisboa, gostariam de fazer uma declaração e enunciar que considerando as propostas de deliberação relativas a estes elementos enunciados em artigos publicados, sobre práticas urbanísticas da cidade, gostaríamos de dizer que rejeitamos este tipo de procedimentos, porque consideramos que deverá respeitar o segredo de justiça, bem como, a investigação decorrente das devidas instâncias legais e, por isso, ficaremos a aguardar as conclusões que, em devido tempo, vierem a ser comunicadas pelo Ministério Público. -----

----- Nesse sentido, iremos votar contra estas iniciativas, por acharmos que elas não respeitam este princípio básico desta declaração, que pretendemos entregar, esta Declaração de Voto que pretendemos entregar junto com a nossa intervenção. -----

----- Antes de mais, gostaríamos também de dar uma informação que nos parece importante e que, inclusivamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu também, e nós também tínhamos feito essa recolha. De facto, todas estas sessões relativamente ao âmbito da construção da chamada Torre de Picoas, na Avenida Fontes Pereira de Melo, número 41, já foram alvo de amplo escrutínio desta Assembleia Municipal. Em 2016, houve um conjunto de diligências e deliberações, houve a instauração de um inquérito devido ao envio deste processo da Câmara Municipal para o IGAMAOT, como foi já referido, e também houve um despacho de

arquivamento relativamente à denúncia apresentada, que declarou “que se tornava manifesto que os elementos de prova recolhidos não permitem concluir pela verificação do crime de violação de regras urbanísticas, em particular do requisito subjetivo” e, portanto, estamos a falar de novas matérias sobre as quais, naturalmente, pode e deve o Ministério Público abrir um processo e fazer a investigação e, como disse, esperaremos pelas conclusões, para nos proferir sobre o mesmo.-----

----- Já sobre as Recomendações que aqui estão em apreço, obviamente, iremos dar a nossa posição, que será como já referido, o voto contra das três, por razões diferentes. Relativamente à Proposta do PSD, gostaríamos de, obviamente, reiterar o princípio com que iniciámos esta declaração que, de facto não concordamos que se solicite à Procuradoria-Geral da República resultados de diligências que estejam a ser feitas no âmbito deste processo, por acharmos, precisamente, que isso viola o segredo de justiça e temos que esperar pela conclusão do inquérito. -----

----- Relativamente à Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa, o Senhor Deputado Municipal Independente, Deputado Rui Costa, não poderemos concordar, de facto, por acharmos que deve a Assembleia Municipal tomar as diligências que achar necessárias no âmbito da sua 3ª Comissão, de urbanismo, aliás, pela mesma razão não concordamos com a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda, até porque julgamos que solicitar à Presidente da Assembleia, que encarregue a 3ª Comissão da elaboração de um relatório, não nos parece a forma correta de funcionamento da Assembleia Municipal. -----

----- As comissões têm, obviamente, e regimentalmente a obrigação de apreciarem as propostas que lhes forem remetidas pela Mesa, sobre as quais se devem pronunciar e emitir parecer, mas não têm que receber instruções do Plenário, elas são autónomas e, naturalmente, e acredito, aliás, como membro da 3ª Comissão, que esta matéria e qualquer outras matérias serão respondidas, aliás, não tenho visto até hoje nenhuma matéria desde que sou membro desta Comissão, neste mandato e no anterior, que não tenha sido respondida pelo Vereador do Urbanismo, porque sempre que o chamámos ele veio a esta Assembleia, obviamente, como é o seu dever e, portanto, não concordamos com esta metodologia, que é aqui apresentada e por isso votaremos contra estas 3 Recomendações. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho, dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, nós vemos com uma grande preocupação estas declarações de um ex-Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em entrevista a um jornal. São declarações

graves, em especial por serem feitas por um ex-eleito, apesar de como também aqui já foi dito, não serem novidade. -----

----- Esta Assembleia Municipal tem a responsabilidade de fiscalizar a ação da Câmara Municipal e de todos os seus Vereadores, mas exatamente por isso, não subscrevemos posições sensacionalistas nesta matéria. -----

----- Destas propostas que estão aqui apresentadas e vão ser votadas, aquela que nos parece mais equilibrada e útil para os cidadãos, é precisamente a proposta do Bloco de Esquerda e, portanto, é apenas esta proposta que acompanhamos e que votaremos favoravelmente, em nome da fiscalização, da transparência e da boa gestão pública.-----

----- Não acompanhamos as restantes Propostas porque estas misturam fiscalização política, com investigações judiciais e, pretendem apenas montar um espetáculo que consideramos pouco dignificante, sem utilidade prática de fiscalização e sem qualquer utilidade para a Cidade de Lisboa. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Mesa, caros Vereadores, Caros Deputados. -----

----- A matéria sobre a qual nos debruçamos nestas duas, agora três propostas, é da maior importância no que respeita ao papel fiscalizador desta Assembleia Municipal e daquilo que é a ação do executivo, mas que entretanto, ultrapassa aquilo que é o âmbito municipal dos órgãos autárquicos. Mais do que discutir e aprofundar pormenores sobre as notícias veiculadas e em ambos documentos, e que são graves, o CDS entende que aquilo que circunda a gestão urbanística na cidade, pela mão do Senhor Vereador Manuel Salgado, e com o “agrément” de Fernando Medina, preocupa os cidadãos, e deve acima de tudo, preocupar em particular, quem foi eleito pelos lisboetas para salvaguardar os seus interesses e, garantir rigor e transparência na gestão dos bens públicos. -----

----- No que toca às várias áreas camarárias, e onde o urbanismo tem uma preponderância central, o CDS tem vindo a desempenhar o seu papel de agente ativo, na fiscalização daquilo que são medidas tomadas, seja por aval direto do Vereador Manuel Salgado, seja através da análise, minuciosa, das várias propostas que têm passado quer pela Câmara, quer por esta Assembleia Municipal e, portanto, mais do que ir ao pormenor das notícias, a ação de fiscalização tem sido, da parte do CDS constante.-----

----- Lembramos o Processo da Empreitada da 2ª Circular, em que enviámos o mesmo para averiguações da Procuradoria-Geral da República, as obras da Torre Picoas, a ampliação do Hospital da Luz e a destruição do Quartel/Museu dos Bombeiros, as trapalhadas dos leilões da SRU, ou mais recentemente, a Operação Integrada de Entrecampos, para os terrenos da Feira Popular e, temo-lo com pedidos de informação

escrita e requerimentos, colocando questões nas reuniões, fazendo propostas alternativas e, votando contra, sempre que é colocado em causa o interesse público, ou quando as explicações, que se tornaram regra, são insuficientes ou inexistentes por parte do executivo. E, portanto, temos denunciado aquilo que consideramos uma má gestão urbanística da cidade de Lisboa, em cada momento de forma contínua. ----- Nesta mesma Assembleia, defendemos a criação de comissões eventuais, quer para o processo da 2ª Circular, quer para o processo de Entrecampos, exatamente porque entendemos que deve haver um escrutínio pormenorizado de matérias sobre as quais existem dúvidas fundadas, mas quer nestes casos, quer noutros, o PS e a maioria que vai oscilando, conforme o caso, obstaculizou propostas, que no sentido de um maior esclarecimento, e este tema que hoje aqui discutimos não é um tema, nem uma discussão nova!-----

----- Aliás, este executivo padece de um problema de transparência e respeito democrático, seja na Câmara ou seja na Assembleia, são inúmeros os pedidos de informação por responder, a que se junta as constantes questões colocadas diretamente ao executivo, e das quais não obtemos qualquer resposta ou em algumas das vezes, respostas vagas e, portanto, Senhor Vice-Presidente e Vereadores, esta forma de estar gera opacidade nos processos, nas decisões e vai contra o princípio da transparência.-----

----- A Câmara vai-nos dizer, obviamente, o CDS tem uma visão catastrófica do município, mas Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores, não será por mero acaso que o Município de Lisboa, naquilo que respeita ao índice municipal de transparência, encontra-se numa posição que não deve, não pode, deixarmos satisfeitos e tranquilos, muito pelo contrário, também nessa matéria ainda há muito caminho a percorrer! -----

----- Mas é nesse sentido, Senhores Deputados, que o CDS entende, que qualquer iniciativa que contribua para um maior esclarecimento e transparência dos atos autárquicos, sejam eles por decisão dos órgãos, seja por competências delegadas em Vereadores ou Serviços, que votaremos favoravelmente os documentos em apreço e, portanto, não me parece, daquilo que já foi dito neste debate, que os documentos que estão agora em apreço, quer do Deputado Independente Rui Costa, quer do PSD, sejam contraditórios e nem sequer vou comentar o do Bloco de Esquerda, porque veio a reboque, à última da hora, para aproveitar o comboio.-----

----- Reitero o que aqui já vos disse, a ação fiscalizadora de CDS é contínua e, em particular, numa área que tantas das tem levantado no âmbito da sua gestão, como é o caso do urbanismo. -----

----- Os episódios sobre a má gestão são vários, contínuos, esta é uma situação e forma de estar, e fazer cidade, no mínimo, e para nós, dúbias. -----

----- Mas Senhora Presidente permita-nos relembrar aquilo que foi o último processo discutido nesta casa, e que nos levantou inúmeras reservas, e que é a Operação Integrada de Entrecampos, nós não temos dúvidas quanto à ilegalidade deste processo, fomos dando nota dessa preocupação ao longo do tempo, fizemo-lo de forma bastante detalhada nesta Assembleia, na discussão da proposta aqui nesta Casa. Manuel

Salgado e Fernando Medina fecharam os olhos àquilo que considerámos um abuso de utilização dos bens domínio público municipal, na aferição da área de edificabilidade para os terrenos da Feira Popular. E, portanto, tanto nesta como noutras matérias, esta não é uma questão apenas política, mas é também jurídica e do controlo da legalidade por via judicial e, portanto, em suma, Senhora Presidente, para terminar a nossa posição sobre estes documentos, o CDS irá manter o seu desígnio de cumprimento do papel ativo de fiscalização da ação do executivo, utilizando, sempre que necessário, e sempre que necessário os mecanismos que se encontrem ao seu dispor! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhores a Meus Senhores.-----

----- Uma semana depois de o PPM ter vindo aqui, nesta sala, fazer uma referência à entrevista do Senhor ex-Vereador Nunes da Silva, ao Jornal Sol, esta digníssima Assembleia Municipal, e em boa hora, discute propostas de deliberação para acompanhamento, fiscalização e sindicância dos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, a este propósito, garantiu à comunicação social que tudo se passou e, passo a citar: “de forma totalmente correta, pública e transparente.”. Ora como é do senso comum, as organizações públicas têm uma responsabilidade de transparência para com a sociedade, muito superior a qualquer outro organismo, não nos podemos limitar a fingir, como diz o Ministério Público, que não houve violação de normas urbanísticas, ignorar por completo toda a estranha situação, entre projetos rejeitados e aprovados para o mesmo terreno, por uma mera troca de proprietários, “À mulher de César não basta sê-lo, há que parece-lo”.-----

----- Uma instituição, como a Câmara Municipal de Lisboa, não pode ser opaca em relação a notícias que são tornadas públicas sobre a sua atividade, neste caso, uma entrevista do ex-Vereador Nunes da Silva, como já foi referido, onde são tecidas acusações gravíssimas! É incompreensível que impere o silêncio sobre determinados assuntos!-----

----- Numa intervenção algo irada, na semana passada, o Senhor Presidente acusou-me de fazer parte de uma certa direita, que utiliza uma política sem substância, baseada apenas em casos, mais acrescentou que a nossa *praxis* pecava por não apresentar nenhuma ideia, e passo a citar, mais uma vez, “nem do tamanho das cobrinhas da Estátua de Dom José”. Vou poupar-vos à listagem de todas as perguntas, requerimentos, recomendações e moções, que foram feitas aqui nesta Casa por parte

do PPM, agora não posso deixar de salientar o desprezo e a arrogância com que o Senhor Presidente e a sua Administração têm pela diferença da opinião política! -----

----- Esta administração aparenta ser aberta ao diálogo, mas sempre que pode e, tem podido muitas vezes, não responde a perguntas e evita os consensos, na realidade, o Senhor Presidente e até o PS sempre lidaram muito mal com contraditório e com a posição democrática. -----

----- Minhas Senhoras e Meus Senhores, o PPM irá votar aqui favoravelmente à Proposta de Deliberação do PSD, relativa a uma sindicância aos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, e a Proposta de Deliberação do Deputado Independente Rui Costa, para acompanhamento e fiscalização da atuação do Senhor Vereador. -----

----- Por um lado, importa certificar que a Assembleia Municipal de Lisboa exerça as suas competências fiscalizadoras, assegurando a todos os cidadãos a confiança que os mesmos exigem, particularmente numa situação tão grave como a gerada pelas denúncias contidas na entrevista já referida. -----

----- Por outro lado, e para que não subsistam dúvidas sobre a idoneidade e caráter de alguns dos Dirigentes e dos Serviços da Câmara Municipal, que foram postos em causa com as declarações proferidas na dita entrevista, defendemos a sindicância aos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, como diz o povo, na sua secular sapiência “quem não deve não teme”. -----

----- Em última análise, os lisboetas decidirão o que é melhor para a cidade, na certeza contudo, de que essas mesmas decisões possam ser tomadas da melhor forma, quando baseadas em factos e transparência na atuação das Instituições, e não em ausência de respostas e, em fugas deliberadas de responsabilidades. É isto que devemos aos nossos eleitores e é por isto que fomos eleitos! -----

----- Minhas senhoras e Meus Senhores, a história ensina-nos quase tudo, no projeto original, da magnífica obra de Machado de Castro, Dom José montado que se encontra no Terreiro do Paço, o cavalo pisava um leão. Posteriormente, o leão foi substituído por pequenas serpentes, que serviram para esconder a estrutura de sustentação de um dos seus membros posteriores. Duzentos e quarenta e três anos volvidos, esperemos que as pequenas serpentes não ocultem nada mais do que a sustentação de uma administração fragilizada. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, a nossa primeira consideração é sobre a situação na cidade, que se agrava, com vários casos em evidência. -----

----- O PCP já fez participações ao Ministério Público, não nesta situação em concreto, mas noutras que são conhecidas, e em que as instâncias judiciais vieram dar razão às questões suscitadas. -----

----- Eu penso pessoalmente, através de um acompanhamento deste processo da Fontes Pereira de Melo, que havia, efetivamente, matéria que devia ser aprofundada, devia ser averiguada, não foi esse o caso!-----

----- Sempre que for necessário o PCP não abdicará de lançar mão a todos os mecanismos ao seu dispor, para a salvaguarda do interesse público. -----

----- Aquela torre da Fontes Pereira de Melo é uma enormidade inaudita e é uma violência contra a Cidade, basta passar por lá. Importa esclarecer que os eleitos do PCP votaram contra o licenciamento da Torre, o PSD absteve-se, para registo, e contra as alterações do PDM, que abriram a possibilidade de se aprovar este projeto, nomeadamente, através dos créditos de construção. A aprovação do PDM em 2012, que apenas contou com os votos contra do PCP, na Câmara Municipal, representa uma total liberalização dos solos, proporcionando a criação de negócios de oportunidade, tal como se verifica neste processo! -----

----- Os eleitos do PCP foram contra a demolição do Quartel dos Bombeiros na Luz e o projeto para a ampliação da Unidade Hospitalar, para aquele local, e consequentemente o arrendamento dos espaços municipais, que foi feito, que permitiram a expansão do Hospital da Luz.-----

----- Foram apresentados requerimentos na Câmara Municipal e Assembleia Municipal, questionando sobre a intervenção e autorização de obras em território municipal, sobre o futuro dos Bombeiros, e de como seria garantido o apoio às populações. -----

----- É obviamente de todo o interesse e, nomeadamente, o interesse da Câmara Municipal, que se prestem os esclarecimentos sobre todos os assuntos, sobre os quais estão a ser levantadas suspeitas. É neste sentido, que iremos abster-nos na Proposta de Deliberação n.º 9, do PSD, porque se fundamenta numa entrevista com matérias que já são conhecidas há mais de 5 anos por todos nós e que saíram em páginas de jornais, são públicas, e que deviam efetivamente ser tratadas e avaliadas, mas pelos Tribunais, e votaremos a favor da Proposta do Deputado Rui Costa e da Proposta do Bloco de Esquerda, uma vez que estas últimas cabem na competência da Assembleia Municipal. Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Paros Colegas, Público Presente.-----

----- Na Ordem de Trabalhos da presente Reunião, constam pontos, com fundamento em trabalhos jornalísticos recentes, com destaque para a entrevista publicada no Jornal SOL de 12.09.2018, dada pelo antigo Vereador, o Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, Fernando Nunes da Silva, na qual *ipsis verbis* aí afirma “*O Salgado, que é o verdadeiro presidente da câmara - o Medina é apenas um porta-voz - faz o quer*”, palavras que nos deixaram a todos incrédulos, e que de alguma forma ferem a honorabilidade dos visados. -----

----- Por estes dias, a maioria que suporta o actual executivo municipal e o governo da República, de forma clara e pública, defende “*mandatos únicos*” de titulares em certos e determinados cargos públicos, o que colide com o que se passa com a Câmara Municipal dado que o Senhor Arquitecto Manuel Salgado, ocupa o lugar de Vereador na Câmara Municipal de Lisboa desde o ano 2007. -----

----- Isto também frisa, o antigo Vereador, o Professor Fernando Nunes da Silva, lembrando naquela mesma entrevista que “*Salgado tem 12 anos de mandato - nunca houve ninguém na CML, antes ou depois de Abril, tantos anos consecutivos e com tanto poder*”. Citei. -----

----- As notícias que têm surgido deixam-nos incomodados e tristes, relativamente a um Vereador do Executivo Municipal, da maior cidade do país e sua capital desde há muitos séculos, sem prejuízo do absoluto respeito pelo Princípio da Presunção da Inocência, e do respeito pessoal que o Senhor Vereador nos merece. -----

----- Porém a verdade, a transparência e a justiça deverão sempre prevalecer. -----

----- Por outro lado, o mesmo executivo municipal que por questões insignificantes e comezinhas, se pronuncia frequente e massivamente nos mais variados meios de comunicação social, neste caso nenhum dirigente da Câmara Municipal, nem o próprio Vereador Manuel Salgado, prestou até à data, quaisquer esclarecimentos ou refutaram directa ou indirectamente o muito referido nessas notícias, bem como as imputações concretas e objectivas formuladas pelo antigo Vereador, Fernando Nunes da Silva. -----

----- Também desconhecemos se o Senhor Vereador Manuel apresentou, ou não, qualquer participação criminal, por exemplo por Difamação ou Calúnia contra qualquer dos órgãos de comunicação social que produziram as referidas peças jornalísticas, bem como contra o antigo Vereador, Fernando Nunes da Silva. -----

----- Relembramos que numa Declaração livre e voluntariamente remetida à Agência Lusa, em Maio de 2007 (e reproduzida em diversos órgãos da comunicação social), o então “*número dois da lista do PS para a Câmara da capital*”, comunicou que «*Em caso de vitória nas próximas eleições da lista em que me integro, devo cessar toda a minha actividade profissional enquanto exercer funções como vereador*”, refere Manuel Salgado, acrescentando que também que se desvinculará da sua sociedade de arquitectura, denominada RISCO, para a qual entrou em 1984». -----

----- O que formal e juridicamente aconteceu efectivamente, de acordo com o publicitado. -----

----- Nessa mesma Declaração, mais adiante, era afirmado: “*Para salvaguarda da reputação do “atelier RISCO”, da minha honorabilidade pessoal e do bom nome da*

Câmara Municipal, entendo que devem ser afastadas suspeitas de conflitos de interesses ou de favorecimentos. Assim, acordei com as pessoas a quem transmitirei as participações que, enquanto exercer funções executivas na Câmara Municipal de Lisboa, o RISCO não aceitará novas encomendas de promotores privados de projectos que estejam sujeitos a licenciamento ou autorização da Câmara - e, como é óbvio, não realizará trabalhos para o Município".-----

----- Isso infelizmente não se verificou. -----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras, Caros Colegas, face ao exposto e para a defesa da honorabilidade de todos os visados, nestas infelizes notícias, comunicamos que votaremos a favor da Proposta de Deliberação do Deputado Municipal Rui Costa (IND) – “Acompanhamento e fiscalização da actuação do Senhor Vereador Manuel Salgado”, bem como, *da Proposta de Deliberação 009/PSD/2018 relativa a sindicância aos serviços tutelados pelo Vereador Manuel Salgado.*-----

----- Disse! Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Patrocínio**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Nós podemos fazer política de diferentes formas, nós podemos apresentar ideias e debatê-las, podemos apresentar propostas, podemos apresentar projetos, podemos ter divergências salutares e até intensas, podemos também procurar estabelecer compromissos, podemos dar atenção e a ler as propostas que estão em discussão ou podemos fazer o contrário, podemos apresentar e criar números políticos, podemos apresentar propostas demagógicas, sem substância, sem proposta política de um modo muitas vezes populista, radical, lançando suspeições sobre as pessoas e sobre as instituições. -----

----- Podemos também ignorar deliberações que já foram tomadas em devido tempo e podemos também ignorar as competências dos Órgãos e tratar tudo como se fosse novo. Podemos também defender uma coisa e o seu contrário, consoante vamos variando nos meses ou nos anos ou consoante vamos variando as localizações geográficas do país e, também podemos procurar tratar declarações velhas, antigas e que não têm nenhuma novidade, como se fosse algo de novo.-----

----- A primeira parte, normalmente é muito mais difícil, dá mais trabalho, exige mais estudo, exige mais preparação e muitas vezes nem dá tantas manchetes dos jornais, a segunda normalmente é mais fácil, é mais simplista e permitem que na espuma dos dias, aquilo que é velho e não tem nenhuma novidade, até apareça como algo de novo. É, por isso que, pasme-se, nós continuamos muitas vezes a ouvir falar como novidade

aquilo que foi o Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, junto ao Hospital da Luz, quando as Senhoras e Senhores Deputados na sua esmagadora maioria, ignoraram a proposta referente à reorganização do dispositivo do Regimento Sapadores Bombeiros, apresentada dois anos antes.-----

---- E eu já disse isto aqui há dois anos e agora vou repetir, é que essa proposta também tem outras localizações na cidade, por exemplo, na Avenida Dom Carlos, não venham daqui a dois ou três anos, dizer que é uma grande novidade, se houver alguma alteração em propostas que são de há cinco, há seis e há sete anos. E, é por isso que, perdoem-me que eu sou algo institucionalista e, se calhar, isto às vezes até é um defeito, algo tradicionalista, e faz-me até um pouco de espécie assistir a algumas intervenções, porque não basta aparecer com uma forma discursiva e de oratória até muito correta, fazer grandes citações, quando depois a substância é muito fraca e nós ignoramos totalmente aquilo que são as propostas, o passado, as deliberações e o conteúdo das diferentes matérias. -----

----- E é também por isso que me faz muita espécie, o estado em que o PSD-Lisboa se encontra neste momento, não é por nós falarmos trinta vezes na Assembleia ou apresentarmos vinte documentos e conseguirmos três ou quatro manchetes nos jornais, que nós ganhamos credibilidade e sinceramente, o PSD a cada dia que passa, e esta proposta que hoje aqui nos apresenta, só reforça esta ideia, perde credibilidade! -

----- Perdeu credibilidade com o resultado eleitoral que os lisboetas lhes deram e sinceramente, não a está a recuperar, porque este tipo de proposta são propostas de partidos populistas, demagógicos, sem proposta política, partidos de protesto, partidos pequenos e que não querem ser alternativa de Governo aqui na cidade. -----

----- E, por isso, Senhor e Senhores Deputados, eu confesso que estava a ler a proposta do PSD e estava a ouvir as intervenções e até estava a pensar "Bem, daqui a três anos não têm outro remédio, senão apoiar a Doutora Assunção Cristas! Desta vez é que vai mesmo ter que ser!", mas depois ouvi as outras intervenções, quer sobre esta matéria quer sob o Ponto da SRU, das intervenções do CDS e desenganei-me. De facto, os restantes partidos da direita também não estão melhores nesse aspeto, porque também acabam por pontuar as suas intervenções com essas ideias, igualmente demagógicas. Defendem o contrário daquilo que apoiam noutros sítios nos últimos 18 anos, ignoram propostas que já funcionam há três e quatro anos, demonstrando que não as leram. E, portanto, sinceramente, nós esperamos uma oposição melhor, uma oposição mais séria, porque para quem está a exercer o poder é bom ter uma oposição, relevante, construtiva e, que não procure apenas e só fazer números políticos. Porque nós estamos disponíveis para debater todas as matérias e estamos disponíveis para todo o debate e todo o escrutínio, mas não estamos disponíveis para alimentar números políticos, na espuma dos dias, que de relevância e substância valem zero Senhoras e Senhores Deputados! -----

---- Porque vamos àquilo que são as matérias que estão aqui em cima da Mesa. Declarações de ex-autarcas, ex-vereador, Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva, eu sei pelas intervenções, que não se deram nesse trabalho, mas vão ler as Atas

das Comissões, vão ler a documentação, vão ler as declarações à imprensa, vão ler as Atas do Plenário.-----

----- Não há aqui nada de novo, em relação àquilo que o Senhor ex-autarca Fernando Nunes da Silva disse!... -----

----- E quase a terminar Senhora Presidente.-----

-----Não há nada de novo naquilo que nós discordamos e naquilo que concordamos, que é, ele tem uma opinião que nós discordamos, que a Câmara devia ter dito que daqui a não sei quanto tempo ia fazer alguma coisa, nós discordamos e, também naquilo que não é verdade, não houve venda de terrenos a um euro, porque omite 17 milhões de dívida, e não havendo ao BES, houve a um consórcio em que o BES só tinha 10 por cento. -----

----- Termino Senhora Presidente dizendo algo, que também já foi aqui referido, sobre as outras matérias, é que no que diz respeito ao Ministério Público, fomos nós que propusemos, fui eu que propus, enquanto Relator desta Proposta e, depois foi subscrito pela Comissão, pela Mesa e pelo Plenário o envio, fomos nós e há uma deliberação para a Conferência de Representantes continuar a acompanhar esta matéria e, portanto, nós recebemos toda a informação, mas o Ministério Público é livre de reabrir os processos, que nos comunicou que arquivou. -----

----- Termino também dizendo duas outras matérias, fomos nós que alterámos as propostas e fizemos o escrutínio, fomos nós que propusemos que as Comissões continuassem a acompanhar essa matéria, fomos nós que propusemos um processo de contraordenação, fomos nós propusemos o inquérito externo que foi feito. E termino dizendo, Senhora Presidente, que nós achamos um desrespeito que as deliberações do Partido Ecologista “Os Verdes” e todas as outras, que já dão competência à 3ª Comissão, para continuar a acompanhar estas matérias, sejam aqui ignoradas como algo que é novo e, portanto, nós vamos votar contra, mas apareçam na 3ª Comissão, que nós lá estaremos para debater na substância todas estas matérias. Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Patrocínio**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, tenho enorme apreço pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, como ele sabe, mas custa-me sempre vê-lo pregar algo e praticar o seu oposto! Será significativo recordar que, da próxima vez que a Senhora Presidente estiver a ser substituída pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, que não há, obviamente, depois cortes de tempo, porque foi um minuto e meio para além do seu tempo! Mas nós gostamos muito de o ouvir! -----

----- O Senhor Vice-Presidente gosta muito de ir buscar outros exemplos, e ir ao *benchmark*, então Senhor Vice-Presidente, fixe-se neste *benchmark* que eu lhe vou

dar agora, neste bom exemplo, e também para o Senhor Rui Paulo Figueiredo, que fala da falta de conteúdo, vou-lhe dar aqui uma mensagem de enorme conteúdo, Vossa Excelência está distraído. -----

----- Durante o ano de 2006 começaram a surgir várias denúncias sobre processos urbanísticos na Câmara Municipal de Lisboa. Algumas apresentadas pelo então, e ainda, Vereador José Sá Fernandes, no final desse ano Carmona Rodrigues, Presidente da Câmara eleito pelo Partido Social Democrata, solicitou à Procuradoria-Geral da República uma sindicância aos seus Serviços de Urbanismo. Essa sindicância tinha como base a profunda convicção de que o clima de suspeição sobre a principal ferramenta de ordenamento da cidade, não poderia persistir, sujeitando todos a uma cabal e exaustiva avaliação administrativa, isto para conteúdos, um ano depois a sindicância estava concluída e foi possível restaurar a paz reputacional dos Serviços Urbanísticos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Recorde as palavras do próprio Carmona Rodrigues, quando afirmou, “não era só apurar coisas do passado que pudessem enfermar de alguma incorreção e inconformidade, mas que também funcionasse de forma pedagógica”, deixando ainda uma mensagem de esperança para o futuro, dizendo “Estou confiante que no futuro vão diminuir os casos de suspeição e de dúvidas.” -----

----- Sete anos depois voltava o clima de suspeição, as denúncias, os conflitos e nele temos continuado nos últimos três.-----

----- Também um Vereador agora juntou as vozes às denúncias, o Vereador Nunes da Silva, desta vez Sá Fernandes não denuncia nada! Deve achar que está tudo bem, antes é que estava mal!-----

----- Esta não é só uma matéria que deve visar a boa imagem dos Serviços de Urbanismo e da própria Vereação, mas sim demonstrar cabalmente onde podem existir falhas e que a própria Câmara Municipal de Lisboa está atenta às denúncias feitas pelos seus cidadãos. -----

----- Todas as semanas vemos notícias com casos onde se acusam os Serviços de Urbanismo de violar regras, de se adaptar a conivências. Isto não pode, não deve continuar. Não se trata apenas e só do clima de desconfiança nos serviços municipais que afeta os decisores, dirigentes e funcionários, mas também no potencial de litígio jurídico que poderá vir a originar avultadas indemnizações futuras, condicionando a gestão financeira do próprio Município. -----

----- Carmona Rodrigues deu um bom exemplo na gestão autárquica, se existem ferramentas rápidas para analisar estas situações, então deve caber ao executivo que mereceu a confiança dos lisboetas, em as ativar. O PSD entende aqui que este executivo deve mandar a mesmíssima mensagem de transparência e confiança aos lisboetas, não pode este executivo continuar a ignorar este clima, quando tem esta ferramenta. -----

----- Por isso hoje, o PSD vem incentivar o executivo a fazer o mesmo que fez Carmona Rodrigues, a ter a iniciativa de enviar uma mensagem aos lisboetas de que Fernando Medina não hesita, porque essa sindicância irá terminar com esses erros e, assim devolver o clima de confiança a este executivo.-----

----- O PSD hoje vem aqui incentivar, sem esconder que entende que Fernando Medida já o deveria ter feito, mas confiante que o Presidente da Câmara e o Partido Socialista querem recuperar a reputação perdida do Urbanismo em Lisboa, e dizer a potenciais investidores, que Lisboa não é a América Latina dos anos 60. E a razão pela qual o PSD optou por este modelo, e não por um modelo semelhante ao hoje aqui apresentado pelas duas moedas do mesmo bloco, é porque este caminho já foi trilhado no passado. Em primeiro lugar, porque os blocos pretendem é um reforço da fiscalização política e o que o PSD pretende é uma fiscalização jurídico/administrativa, em primeiro lugar, porque esta Assembleias já optou por caminhos diferentes, alternativos, iguais a este no passado, e o resultado foi claro, no mandato anterior proposta esta solução para reforçar a fiscalização do que se passava na 2ª Circular. Resultado, nenhum!-----

----- Houve uma sessão que durou vinte minutos e saiu tudo como entrou, nem sequer ausência do PSD dessa sessão trouxe mais resultados, ou então, se calhar, por causa da ausência do PSD dessa sessão não tivemos mais resultados! De qualquer das formas, nada aconteceu!-----

----- Sobre matérias relacionadas com o Edifício da Fontes Pereira de Melo, anuímos todos a uma boa sugestão da intervenção política feita pela Senhora Deputada Helena Roseta, por estar bem-intencionada e, certamente, acabou por sentir a mesma frustração que todos nós, na altura pelo envio incompleto de alguma documentação por parte da própria Câmara.-----

----- Ainda recentemente, optou-se por um grupo de trabalho em alternativa a uma Comissão Eventual para o acompanhamento de Entrecampos, recusaram a proposta do PSD, porque entendiam que um grupo de trabalho seria mais ágil pela sua informalidade. Quantas vezes reuniram? Pois, uma!-----

----- Senhoras e Senhores Deputados apresentamos, não acompanhamos, as propostas dos blocos, porque entendemos que estamos para lá de um reforço da fiscalização política, é tempo de enviar uma mensagem clara de apuramento, não é tempo de andarmos aqui a brincar às comissões, só para tentar diluir a importância do que se está a passar.-----

----- Isto Senhoras e Senhores Deputados é conteúdo, isto Senhores e Senhoras Deputadas é para quem gosta muito, como o Partido Socialista, de ir buscar exemplos do passado, que têm aqui a oportunidade de ir buscar um exemplo do passado, e até vos damos mais uma, vão buscar um exemplo do passado, mas não têm que apanhar nem A5 nem a A1, nem a A2, é aqui mesmo de Lisboa, um bom exemplo do passado de Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, temos agora aqui uma pequena questão que eu vos queria colocar e que é a seguinte: a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda deu entrada, portanto, porque já estava agendado este Ponto, os meus Serviços chamaram-me a atenção esta manhã, que a Proposta de Deliberação não tinha cabimento

regimental, porque o Regimento o que prevê é a possibilidade de apresentar propostas de recomendação para a Ordem do Dia, mas não deliberações. -----

----- Na prática é uma deliberação só de funcionamento interno, não é nenhuma deliberação com eficácia externa, é uma deliberação de funcionamento interno. Portanto, eu entendi que isto é uma simples deliberação de encaminhamento, fazia sentido, até podia ser apresentada aqui no decurso dos trabalhos, que ela podia ser aceite e admitia, e ia fazer esta explicação no início da discussão deste tema e com esta movimentação aqui na Mesa escapou-me, e peço desculpa por isso.-----

----- Mas pergunto agora se alguém se opõe a que a Proposta do Bloco de Esquerda seja, naturalmente, votada hoje, porque ela tem estado a ser discutida. -----

----- Não havendo oposição, isto significa que o Bloco de Esquerda deveria ter tido os dois minutos para fazer a apresentação sobre a proposta e agora a apresentação e discussão da mesma. Já pedi desculpa ao Bloco de Esquerda deste meu lapso e tenho informação que irão fazer as duas coisas numa só informação e que, provavelmente nem gastarão o tempo todo, mas apenas para não ficarem prejudicados. -----

----- Façam o favor, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Moreira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, não há problema nenhum. -----

----- Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Compete à Assembleia Municipal a fiscalização da ação da Câmara Municipal, é essa a responsabilidade que os lisboetas nos deram e, como disse o Deputado Municipal Manuel Lage, nós confiamos todos na capacidade fiscalizadora da Assembleia Municipal. Se há dúvidas, se há questões, essas dúvidas e essas questões têm de ser levantadas pela Assembleia Municipal, é a nós que compete levantar essas dúvidas e essas questões, é nossa responsabilidade. -----

----- Se há dúvidas das decisões da Câmara, e há, então a única forma, como em tudo, de resolver as dúvidas é através de transparência. Será um exercício de transparência abrir os livros sobre as questões da Torre de Picoas, sobre as questões do BES, do Senhor Armando Martins, sobre as questões do PDM de 2012, sobre as questões de invasão do espaço público pela obra. Será um exercício de transparência abrir os livros sobre a expansão do Hospital da Luz, sobre a perda do Quartel de Bombeiros, sobre o desrespeito das regras urbanísticas, nesse caso, será um exercício de transparência saber e abrir os livros sobre o terreno do Triângulo Dourado vendido ao grupo Mello. -----

----- Queremos esclarecer, não nos interessa nenhum exercício de *voyeurismo*, não nos interessam nenhuns ajustes de contas entre Vereadores da antiga maioria, não nos interessa nenhuma querela. Interessa-nos a transparência, fomos eleitos para tal, transparência, responsabilidade, fiscalização, essa é competência da Assembleia Municipal e, por isso, desafiamos a Câmara, para que delegue sobre a 3ª Comissão a elaboração desse relatório, se a Câmara considerar que é na 3ª Comissão que esses relatórios devem ser solicitados, muito bem, então aí estaremos também para o solicitar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não usou sequer o seu tempo de debate, utilizou apenas o tempo da apresentação, mas teve essa oportunidade.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----
----- Os munícipes e os Grupos Municipais depararam-se recentemente com um conjunto de afirmações proferidas na comunicação social sobre a actuação da Câmara Municipal de Lisboa e dos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que poderão pôr em causa a sua isenção e a do departamento que superintende. -----
----- O PEV considera por isso necessária a devida esclarecimento dos factos aí reportados. Nada, aliás, que Os Verdes não tenham alertado ao longo do anterior e do actual mandato aquando das deliberações em algumas propostas, sobre as quais, na altura, apresentámos diversas reservas e apreensões, quer em plenário, quer através de requerimentos, concretizando o papel fiscalizador enquanto eleitos nesta Assembleia. -
----- Desde um conjunto de operações imobiliárias resultantes da aprovação de vários Planos de Urbanização e de Pormenor servirem os grandes negócios imobiliários e não acautelaram o interesse público e a qualidade de vida dos lisboetas ou até por nem sempre respeitarem o PDM. -----
----- Desde a autorização prévia aos famosos PIPs para a Colina de Santana ao desmantelamento do antigo Quartel e Museu do Regimento Sapadores Bombeiros ao Grupo Espírito Santo Saúde, para ampliação do Hospital. -----
----- Desde a alienação da parcela de terreno municipal conhecida por ‘triângulo dourado’ ao Grupo José de Mello Saúde, e que implicou a deslocalização dos trabalhadores e serviços municipais ali existentes para cinco fracções do Edifício Entreposto, com custos para o Município na ordem dos 17 milhões de euros por um período de 5 anos. -----
----- Desde o mal esclarecido caso da Torre das Picoas, onde foram viabilizadas obras em terrenos municipais, tendo o PEV recomendado um inquérito para a esclarecimento do cumprimento ou não dos procedimentos administrativos aplicáveis durante o processo de licenciamento. -----
----- E logo veremos o que ainda nos poderão reservar tanto o edifício do Rato, como o Plano de Pormenor da Matinha, adjudicado à Risco, e o empreendimento previsto para Braço de Prata, a nível dos seus impactos ambientais. -----
----- E, sobre todos estes assuntos e com as dúvidas que foram levantadas, deixámos bem expressa a nossa posição neste plenário. -----
----- Agora, e acima de tudo, é necessário garantir que há rigor e transparência nas políticas municipais, que o interesse público não é prejudicado e que todos os esclarecimentos são devidamente prestados. -----

----- Quanto ao pedido de sindicância, lembramos que a Lei nº 27/96, de 1/8, estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais e entidades equiparadas, bem como o respectivo regime sancionatório. Esta tutela exerce-se através da realização de inspecções, inquéritos e sindicâncias, que consistem numa indagação aos serviços quando existam sérios indícios de ilegalidades de actos de órgãos e serviços que, pelo seu volume e gravidade, não devam ser averiguados no âmbito de inquérito. -----

----- Porém, como os inquéritos e as sindicâncias são determinados pelo competente membro do Governo, sempre que se verifiquem os pressupostos da sua realização, não concordamos totalmente com a proposta do PSD, a qual devia requerer que a Câmara Municipal de Lisboa, em vez de a realizar em causa própria, a propusesse à tutela competente. -----

----- No entanto, parecem-nos pertinentes as audições sugeridas nas restantes propostas, bem como a elaboração de um relatório pela 3ª Comissão desta Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Penso que temos uma última intervenção, não, temos duas, a intervenção do Senhor Deputado Municipal Rui Costa, que tem 43 segundos e uma intervenção da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Feito este debate queria deixar três notas. A primeira nota é uma nota de artista, não adianta vir-se aqui propor uma sindicância nesses termos, aliás, para mais revendo-me completamente nas declarações proferidas pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, mas quero dizer mais, nem tudo está perdido para o PSD, porque já se percebeu que esta deliberação vai ser chumbada! Podem sempre e exorto-vos a isso, se tiverem para tal suficiente engenho e arte, para apresentarem a denúncia nos serviços competentes, que é na Inspeção-Geral de Finanças, que já agora até recebe denúncias. -----

----- Para finalizar, e em relação às audições que são requeridas, eu não abdicarei nesta Assembleia, e durante este mandato, de exercer a fiscalização da atividade do executivo e se isso se baralha com processos judiciais, eu não sei que processos judiciais são, portanto, e quem aqui está a falar em segredo de justiça, eu não conheço processo nenhum nesta matéria, os que conheço foram todos arquivados. Não conheço e, portanto, se ainda conhecesse sempre se poderia fazer. Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, é um pouco irritante, eu ter que estar sempre a carregar no botão no final do tempo, mas tenho que o fazer mesmo quando os tempos são curtos, muito bem. -----

----- Neste momento eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhor Vereador Duarte Cordeiro.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigada Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, eu queria referir que toda esta discussão me faz lembrar algo que já todos nós vivemos um pouco, que é quando temos nas redes sociais, não vou fazer nenhuma referência a uma rede social, para não estar a promover, em particular uma rede social, nós, por vezes, vemos alguém a partilhar uma notícia, uma notícia bombástica, nós abrimos essa notícia e esta notícia é de há 10 anos atrás! -----

----- E depois, perante isto há dois tipos de atitudes, aqueles que sabendo que a notícia é de há 10 anos atrás, ainda assim não resistem em reencaminhá-la, e aqueles que percebendo que a notícia é de há 10 anos atrás, apagam a notícia. -----

----- Este é o primeiro registo que eu tenho em relação a esta matéria! É que nós estamos a discutir todos os pressupostos que estão na base desta discussão, é uma entrevista de um ex-vereador, de um ex-deputado municipal, que pôde no exercício das suas funções dizer tudo o que lhe apeteceu, mas na realidade não traz um facto novo à discussão. -----

----- Aliás, a Senhora Presidente a primeira coisa que fez quando começámos esta discussão, foi fazer o relato de tudo o que a Assembleia Municipal já fez em relação a esta matéria, não há um facto novo! Isto não são *Fake News*, são *Old News*! -----

----- Em segundo lugar o sentimento que nós temos de estarmos perante uma cena numa peça de teatro, houve uma primeira cena, um primeiro ato, onde há uma denúncia ao Ministério Público, ao segundo ato onde se pergunta ao Ministério Público se se está a investigar aquela denúncia? Pois bem, é a obrigação do Ministério Público de no fundo investigar as denúncias! O terceiro ato é comunicar, fazer uma notícia a dizer “Ministério Público está a investigar aquela denúncia”, depois temos o quarto ato, que é vir aos Órgãos da Câmara Municipal de Lisboa dizer, “porque temos a confirmação de que o Ministério Público está a investigar esta denúncia, vamos fazer o apuramento da verdade”, e é aqui que nós estamos! Na cena, nesta cena, desta peça de teatro! -----

----- Isto é um número político e nós temos que tratar como tal, é um número político e nós temos que o tratar como tal, é esse o nosso papel enquanto executivo da Câmara é denunciar esse número político e trata-lo como tal. -----

----- No nosso entender, a disponibilidade para ser ouvida em matérias de urbanismo é total, aliás, eu tenho aqui o Regimento da Assembleia Municipal que permite, sem qualquer deliberação que a Comissão Permanente que tem responsabilidade sobre esta matéria convide o Senhor Vereador Manuel Salgado, para ser ouvido sobre esta matéria. Mas mais tem a possibilidade também se quiser, convidar a participação de uma personalidade que não necessariamente um cidadão, que dê contributos em relação a esta matéria, e eu pergunto-me: Alguém fez esse convite ao Senhor Vereador Manuel Salgado? Alguém fez esse convite? É que se fizesse, o Senhor Vereador Manuel Salgado imediatamente dizia que viria à Assembleia Municipal, e o Senhor Vereador Manuel salgado virá à Assembleia Municipal, assim que lhe façam esse convite. -----

----- Agora aquilo que está em discussão hoje é um número político e os números políticos devem ser denunciados e tratados como tal, a Assembleia Municipal quer ouvir o Senhor Vereador Manuel Salgado, ele está totalmente disponível para falar quando os Senhores Deputados assim o quiserem! E mais, em relação a esta entrevista serão denunciadas todas as mentiras associadas à mesma entrevista, não traz factos novos e a Câmara responderá, e o Senhor Vereador Manuel Salgado responderão. Em relação a esta matéria parece-nos, claramente, que esta é uma peça promovida por uma direita sem ideias para a cidade de Lisboa, mas também, infelizmente, com outros protagonistas que nós não temos a certeza se são atores se são figurantes. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, queria informar que há aqui uma chamada. O PSD o que é que quer? O Senhor Deputado Luís Newton quer usar da palavra, tem dez segundos.---

----- Não percebo, quer fazer uma interpelação à Mesa? Faz do seu lugar se faz favor, quer os dez segundos, faz favor. -----

----- O Senhor Deputado informa que tem tempo cedido pelo PPM, é um terço do tempo remanescente, portanto, são vinte e cinco segundos, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, não demorarei muito tempo. Só para dizer que de facto estamos perante uma tentativa de construção cénica e estamos, nomeadamente, por aqui uma vaga de fundo artística de alguns Deputados também. -----

----- Dar-lhe nota do seguinte, de forma muito clara, estão a querer reduzir isto a uma entrevista, a proposta de sindicância não reflete apenas uma entrevista, estão a falar sobre a fiscalização da 3ª. Comissão, a proposta da sindicância tem em conta os vários casos e petições que têm surgido ultimamente na 3ª. Comissão. -----

----- É tão-somente isto Senhora Presidente! E a questão que se coloca aqui no final do dia é se a fiscalização não funciona em matérias do ponto de vista daquilo que é a reconquista de confiança, por parte dos lisboetas, no funcionamento dos seus serviços de urbanismo, então nós devemos usar os exemplos daqueles que fizeram, e não temeram fazer uso de ferramentas. E nós não estamos a pedir à Câmara que se fiscalize a ela própria, isto é ridículo. Ouvir um deputado formado em direito dizer uma coisa destas, nós estamos a pedir à Câmara o que no passado foi feito, Senhora Presidente, para terminar, que solicite a uma entidade externa, essa mesma fiscalização. Quem sabe do que fala não diz tamanho disparate. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Bem, Senhores Deputados, chegámos ao momento do exercício do nosso poder de deliberação e vamos se passar às Propostas que foram apresentadas, pela ordem como elas foram apresentadas.-----

----- Portanto, a primeira é a Proposta do Senhor Deputado Rui Costa. -----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO DM RUI COSTA (IND) – “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- A Proposta tem os votos contra de 8 Deputados Independentes e do Partido Socialista, não tem abstenções, tem os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV e PPM. **A Proposta foi rejeitada.**-----

----- Vamos passar agora à votação da Proposta de Deliberação do PSD, a 009/PSD 2018.-----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVIÇOS TUTELADOS PELO VEREADOR MANUEL SALGADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- Votos contra dos mesmos 8 Senhores Deputados Independentes e do Partido Socialista, abstenção dos senhores Deputados do BE, PEV, PCP e o Senhor Deputado Independente Rui Costa, votos favoráveis do PSD, CDS-PP, MPT, PAN e PPM. **A Proposta foi rejeitada.**-----

----- Vamos pôr agora à votação a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda.-----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA - QUE A SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA SOLICITE À 3.ª COMISSÃO A ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO, NO PRAZO DE 3 MESES, SOBRE ESTA DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL;**-----

----- Votos contra do PS e 5 IND, votos de abstenção da Presidente, PSD, CDS-PP, PPM e MPT, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV e 2 IND. **A proposta foi rejeitada.**-----

----- **O Grupo Municipal dos Independentes, Cidadãos Por Lisboa** apresentaram, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- - *Proposta de Deliberação do DM Rui Costa (IND) “Acompanhamento e fiscalização da atuação do Senhor Vereador Manuel Salgado”;*-----

----- - *Proposta de Deliberação 009/PSD/2018* relativa a sindicância aos serviços tutelados pelo vereador Manuel Salgado;-----

----- - *Proposta de Deliberação 001/BE/2018* relativa à elaboração de um relatório pela 3.ª Comissão;-----

----- *Considerando as propostas acima referenciadas, relativas a elementos enunciados em artigos publicados sobre práticas urbanísticas na cidade de Lisboa, os Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos Por Lisboa rejeitam este tipo de procedimentos, por considerarem que se deverá respeitar o segredo de justiça bem como a investigação decorrente nas devidas instâncias legais. Ficaremos por isso a aguardar as conclusões que, em devido tempo, vierem a ser comunicadas pelo Ministério Público.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhores Deputados agora que terminámos as votações e que eu já não interfiro no resultado das mesmas, com a minha intervenção, quero informar os Senhores

Deputados que irei eu própria tomar a iniciativa de enviar ao Ministério Público, para os efeitos que entender convenientes, não só a entrevista do Senhor ex-Vereador, que foi aqui muito citada, mas também o Excerto deste ponto da nossa Ordem de Trabalhos, pode ser útil, é isso que devo fazer, com as Propostas que foram apresentadas, com as votações que incidiram sobre elas, com os argumentos que foram aqui aduzidos e o Ministério Público de entenderá se há ou não há matéria nova, tem poderes para isso, tem competências para isso, e é isso que devo fazer! -----
----- Muito obrigada.” -----
----- (...) -----
----- A sessão terminou, eram dezanove horas. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----
----- A PRESIDENTE -----